

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 213 DE 07 NOVEMBRO DE 2013.

Cria o Adicional de Gratificação para o Servidor que desempenha atribuição de Gestor Único e do Programa Bolsa Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica criado o Adicional de Gratificação para o Servidor que desempenha atribuições de Gestor Único e do Programa Bolsa Família.

§1º Será pago a título de adicional, ao servidor que exercer as atribuições definidas no **caput** deste artigo, o percentual de 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico do seu padrão.

§2º O adicional será concedido pelo Prefeito Municipal aos servidores mediante portaria.

§3º A qualquer tempo, a juízo da Administração Municipal, o adicional poderá ser cessado.

Art. 2º A prestação do serviço sob regime que trata esta Lei, é incompatível com a percepção de adicional de horas extraordinárias.

Art. 3º A presente lei terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser renovada por igual período.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e terá seus efeitos a contar do mês subsequente a sua efetiva aprovação.

Eldorado do Sul, 07 de novembro de 2013.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

SÉRGIO MUNHOZ

Prefeito Municipal

FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI

Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei Municipal nº 213, de 07 de novembro de 2013, que "Cria o Adicional de Gratificação para o Servidor que desempenha atribuição de Gestor Único e do Programa Bolsa Família".

O projeto de Lei em tela, visa resolver a situação do servidor Sr. Ricardo de Freitas Marques, que atualmente serve o Município gerindo o cadastro único e do bolsa família.

Para tanto, este servidor necessita desenvolver políticas de combate à pobreza no Município, através do Programa Bolsa Família.

Além do mais, a Gestão Único reflete diretamente na verba repassado ao Município, através do Índice de Gestão Descentralizada Municipal – IGDM.

Este programa Bolsa Família nasceu com a missão de ajudar no combate de grandes desafios da sociedade brasileira: reduzir a miséria e a exclusão social.

Há cerca de dez anos, o programa de transferência de renda do Governo Federal está trabalhando em parceria com os governos estaduais e municipais para promover a emancipação das famílias mais pobres.

O Gestor do Cadastro Único e do Bolsa Família é a pessoa que faz a articulação entre as áreas de assistência social, saúde, Educação e outras, de modo a viabilizar a gestão do programa, e é o principal interlocutor dos governos Estadual e Federal para o assunto.

Assim, este servidor Municipal é responsável pela coordenação das atividades do cadastro único e do Programa Bolsa Família. Ele deve estar designado formalmente pelo Prefeito, nos termos da Portaria GM/MDS nº. 246 de 20 de maio de 2005.

De outra banda, este servidor também desenvolve ações de gerações de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições habitacionais, direitos sociais, desenvolvimento local, entre outras. São atividades que visam promover o desenvolvimento social e econômico sustentável das famílias beneficiárias do programa. Para a consolidação dessa estratégia de inclusão social, as ações precisam ser articuladas e integradas pelas três esferas de governo e pela sociedade civil, conforme a legislação e praticas vigentes.

Importante esclarecer que, tais serviços são desenvolvidos muitas vezes nas residências dos munícipes por todos os bairros de nossa cidade.

Desta forma, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal